



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 24.549/2020

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Promover a atualização técnica da servidora Heloísa Helena Bastos Silva Lübke nos temas relacionados a pregões.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	CJL - Coordenadoria de Julgamento de Licitações	Data	17/07/2020
Responsável pela demanda	Heloísa Helena Bastos Silva Lübke		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 45 - Cursos - inscrições

1.4 Valor Estimado

R\$ 2.700,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Execução do Plano de Aquisições

A servidora foi designada, por meio da Portaria DG n. 366/2019, para atuar como Pregoeira Oficial deste Tribunal. De acordo com o § 3º do art. 16 do Decreto n. 10.024/2019, é dever dos órgãos da administração pública federal direta incluírem em seus planos de capacitação iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros. A atualização da servidora atenderá à exigência normativa.

2.2 Resultados Esperados

Este órgão disporá de servidora devidamente capacitada e atualizada, ante as inovações normativas recentes, inclusive em relação ao Decreto antes mencionado, propiciando que sua atuação na condução de pregões esteja em consonância com a legislação vigente e as melhores práticas adotadas na Administração Pública.

2.3 Alinhamento Estratégico

EJE-C2

OE1 – Garantia dos direitos de cidadania

OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Iniciativa Estratégica:

- INI37 – Capacitar e desenvolver juízes e servidores

Objetivos organizacionais:

- objetivo estratégico:

C2 - Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☒ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

☐ 1 unidade ☐ 2 unidades ☐ 3 unidades ☒ Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Telefone	3842
E-mail	heloisa@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Flávio Lanza
Telefone	3834
E-mail	lanza@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Atualização técnica de pregoeiro



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Ante as recentes inovações normativas referentes à modalidade licitatória do pregão (Decreto n. 10.024/2019), necessária a capacitação da servidora Heloísa Helena Bastos Silva Lübke, designada por meio da Portaria DG n. 366/2019 para atuar como Pregoeira Oficial deste Tribunal, com vistas à sua atualização técnica para o cumprimento de tal mister com eficiência e, ainda, para atender às disposições da norma regulamentadora da matéria (Decreto n. 10.024/2019, art. 16, § 3º).

1.2. Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Substituto	Flávio Lanza
Integrante Técnico	Felícita Sousa Valverde
Substituto	Synara Corrêa Negrão de Paula
Integrante Administrativo	Giovanni Turazzi
Substituto	Victor Pereira de Castro

1.3. Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

O evento a ser contratado deverá conter tópicos e discussões que abranjam a legislação pertinente à matéria, em especial, a nova regulamentação do pregão eletrônico, contida no Decreto n. 10.024/2019, as questões polêmicas inerentes à condução dos pregões bem como as melhores práticas adotadas para a realização de pregões no âmbito da Administração Pública.

1.3.1. Requisitos Funcionais

O evento deverá abordar vários temas relacionados à modalidade licitatória, entre eles, as novas regras estabelecidas pelo decreto regulamentador do pregão eletrônico, fraudes em licitações, jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema. Para tanto, deverá reunir vários profissionais de diversas áreas relacionadas ao tema, com notória experiência em licitações e contratações públicas, de modo a propiciar capacitação de qualidade e com abrangência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3.2. Requisitos Não Funcionais

Considerando a decretação de estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde e, ainda, o disposto na Portaria P n. 51/2020 (art. 3º, IV), o serviço deverá ser prestado de forma on-line, a fim de evitar qualquer deslocamento por parte da servidora.

1.4. Eventos Disponíveis no Mercado

Evento	15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros
Fornecedor	Instituto Negócios Públicos
Valor Estimado	R\$ 2.700,00
Observações	Curso ministrado em ambiente virtual e “ao vivo” Data prevista: 10 a 13 de agosto de 2020
Link	https://negociospublicos.com.br/congresso/index.html

1.5. Contratações Públicas Similares

O evento relacionado no subitem 1.4 é oferecido ao público em geral, por meio do site da respectiva empresa, não havendo distinção entre os preços praticados para a administração pública e para os demais públicos.

1.6. Custos Totais da Demanda

Solução	Item (serviços)	Custo Total Estimado
Evento	15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	R\$ 2.700,00
	Total	R\$ 2.700,00

1.7. Análise do Evento Identificado, Escolha e Justificativa do Objeto

Examinados os conteúdos programáticos e as demais características do evento relacionado, tem-se que ele atende à demanda de capacitação e atualização técnica da servidora pelas seguintes razões: trata-se de evento “ao vivo”, apresenta oficinas e painéis com temas polêmicos e recentes relativos à área de atuação da servidora, reúne



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

os maiores conferencistas brasileiros sobre a matéria, incluindo o Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, os escritores Jorge Jacoby e Joel de Menezes Niebuhr, além de outros professores e profissionais com vasta experiência na área. De ressaltar, ainda, que a escolha da modalidade on-line “ao vivo” importa, ainda, na inexistência de custos relacionados a passagens e diárias.

1.7.1. Descrição do Objeto

Evento de capacitação com vistas à atualização técnica de pregoeiro, sob a forma de congresso, incluídos os aspectos do novo decreto que regulamenta o pregão eletrônico (Decreto n. 10.024/2019).

1.7.2. Alinhamento do Objeto

Plano de Aquisições	Anexo I – Ítem 45 – cursos-inscrições
----------------------------	---------------------------------------

1.7.3. Benefícios Esperados

Este órgão disporá de servidora capacitada e atualizada tecnicamente para atuação na condução de pregões, de modo a realizá-los com eficiência e de acordo com a jurisprudência da Corte de Contas e com as melhores práticas adotadas pela Administração Pública nesse mister. Atenderá, ainda, a disposição normativa antes mencionada, no que se refere à exigência de atualização de pregoeiros.

1.8. Adequação do Ambiente

Considerando que o evento ocorrerá de modo virtual, nenhuma adequação do ambiente deverá ser promovida, visto que a servidora já dispõe dos recursos tecnológicos necessários.

1.9. Plano Anual de capacitação

O tema do evento está previsto no Plano Anual de Capacitação 2020 deste Tribunal.

1.10. Orçamento estimado

R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Levando-se em considerando as conclusões obtidas nos presentes Estudos Preliminares, tem-se que é viável a contratação.

Florianópolis, 22 de julho de 2020.

O Evento

Mais do que realizar suas atividades, o Pregoeiro precisa satisfazer os anseios da sociedade.

A responsabilidade dos atos diários reflete diretamente no dia a dia do cidadão brasileiro. Por este motivo, desde a primeira edição, o **Congresso Brasileiro de Pregoeiros** é preparado para contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos.

Participar do maior encontro nacional de compras públicas não é apenas se capacitar, mas sim se preparar com o mais alto padrão de qualidade, aproveitar a presença dos maiores doutrinadores do país e trocar experiências com colegas de profissão. Afinal, mais de 20 mil Pregoeiros já passaram por aqui.

Já são 15 anos de sucesso, mas para fazer do Congresso de Pregoeiros um evento único dentro da Administração Pública, a equipe Negócios Públicos trabalha o ano todo para levar aos participantes uma programação diferenciada e as mais recentes atualizações legislativas e jurisprudencial.

Ambiente

Evento ministrado em ambiente virtual e totalmente ao vivo!

Serão 4 dias de encontro. Totalizando 26 horas de capacitação. Realizado no período da manhã das 09h às 12h e a tarde entre 14h às 17h.

Público-alvo

- Pregoeiros e equipes de Apoio
- Presidentes e Membros de Comissões de Licitação
- Assessores jurídicos
- Ordenadores de despesa
- Fiscais e gestores de contratos
- Autoridades superiores
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas
- Agentes públicos em geral que atuam, direta ou indiretamente, na área de Licitações e Contratos Administrativos.

Carga Horária: 26 horas

Material de Apoio

- Livro Digital “Legislação: Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – Leis Complementares”
- Apostila digital com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral: Ficará disponibilizado através do app (NP Events) para o participante master e participantes convidados
- Certificados Oficinas: O certificado das oficinas será disponibilizado após comprovação de frequência na oficina acima de 75%

Programação

Segunda-feira – 10/08

20h

Palestra de Abertura

Palestrantes: Rudimar Reis – Presidente do Grupo Negócios Públicos &
Cristiano Rocha Heckert – Secretário de Gestão no Ministério da Economia

Terça-feira – 11/08

08h

O que esperar para 2020?

Palestrante: Renato Fenili - Secretário-Adjunto de Gestão do Ministério da Economia

09h

Licitação como instrumento de implementação de políticas públicas nas Compras Públicas

Palestrante: Joel de Menezes Niebuhr - Doutor em Direito Administrativo

10h

Intervalo

Oficinas Simultâneas

10h30 às 16h

Liderança e alta-performance na gestão de equipe

Palestrante: Raduan Melo - Consultor em Gestão Empresarial

Fraudes em Pregão: como prevenir, detectar e quais providências adotar

Palestrante: Anderson Pedra - Procurador do Estado do Espírito Santo

Fracionamento de despesas

Palestrante: Dawison Barcelos - Membro da Consultoria Jurídica do TCU

Estudos preliminares

Palestrante: Simone Zanotello - Advogada e Consultora Jurídica

Intervalo para almoço

Elaboração de Orçamento em Planilha de Formação de Preços para Serviços Continuados com Cessão de Mão de Obra de acordo com a IN 05/17 e suas alterações e a nova Legislação Trabalhista

Palestrante: Paulo Rui Barbosa - Bacharel em Ciências Econômicas

Continuação Oficinas	Capacitação e formação de pregoeiros e equipe de apoio Palestrante: Larissa Panko - Especialista em Direito Administrativo
	A modalidade de Pregão nas empresas estatais e o decreto 10.024/19 Palestrante: Ronny Charles - Advogado da União
16h	Intervalo

PAINEL 10.024/19 - Pregão Eletrônico

16h30	1. Novas condições editalícias a serem aplicadas no Pregão Eletrônico Palestrante: Anderson Pedra - Procurador do Estado do Espírito Santo
	2. Entrega de habilitação em conjunto com a proposta Palestrante: Joel de Menezes Niebuhr - Doutor em Direito Administrativo
	3. Modelos de disputa: Aberta ou aberta/fechada, qual a melhor escolha? Palestrante: Victor Amorim - Doutorando em Direito do Estado
	4. Sistemas de Pregões Eletrônicos, ajustes e adaptações Palestrante: Dawison Barcelos - Membro da Consultoria Jurídica do TCU

Quarta-feira – 12/08

Painel – Gestão de Compras Públicas

08h	O reflexo da aplicação das novas normas do Pregão para os Municípios e os Estados Palestrante: Edgar Guimarães - Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Paraná
08h30	A influência e pressão do Pregoeiro Palestrante: Victor Amorim - Pregoeiro do Senado Federal
09h	O mapa do Compliance Público no Brasil e a exigência nas contratações públicas Palestrante: Rodrigo Pironti - Doutor e Mestre em Direito Econômico
09h30	Governança em Aquisições Públicas – o futuro Palestrante: Cláudio Sarian - Engenheiro, Advogado e Autor
10h	Intervalo

Oficinas Simultâneas

10h30 às 16h	Pré-classificação e pré-habilitação, quando? Palestrante: Felipe Boselli - Doutor em Direito do Estado
	Relação entre o pregoeiro e a fase interna da licitação: entendendo o Termo de Referência Palestrante: Paulo Teixeira - Especialista em Direito Público

Continuação Oficinas	Regimes de Execução em Obras e Serviços: conceitos, utilização, acompanhamento e aditivos Palestrante: Cláudio Sarian - Engenheiro, Advogado e Autor
	Elaboração de editais no pregão: Responsabilidade, análise e boas práticas Palestrante: Simone Zanotello - Advogada e Consultora Jurídica
	<i>Intervalo para almoço</i>
	Elaboração de Orçamento em Planilha de Formação de Preços para Serviços Continuados com Cessão de Mão de Obra de acordo com a IN 05/17 e suas alterações e a nova Legislação Trabalhista Palestrante: Paulo Rui Barbosa - Bacharel em Ciências Econômicas
	Capacitação e formação de pregoeiros e equipe de apoio Palestrante: Larissa Panko - Especialista em Direito Administrativo
	Contratação direta e dispensa eletrônica Palestrante: Edgar Guimarães - Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Paraná
<i>Intervalo</i>	
16h30	Talk Show - Decreto 10.024/19 aspectos polêmicos e controversos. A discussão em busca das melhores práticas

Quinta-feira – 13/08

Painel – Gestão de Compras Públicas

08h	Programa de integridade nas Contratações Públicas - palestrante Tatiana Camarão Palestrante: Tatiana Camarão - Mestre em Direito Administrativo
08h30	Os bastidores da confecção do Decreto nº 10.024/19 e suas perspectivas de aperfeiçoamento Palestrante: Renato Fenili - Secretário-Adjunto de Gestão do Ministério da Economia
09h	O Divã Palestrante: Jorge Jacoby - Mestre em Direito
10h	<i>Intervalo</i>

O MAIOR ENCONTRO NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

15 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

ONLINE 100% AO VIVO!

10 A 13 DE
AGOSTO DE 2020

UM EVENTO
ORGANIZADO POR:

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
INSTITUTO

AT HOME
AT COMPANY

Oficinas Simultâneas

10h30 às 16h	Recurso Administrativo: da Interposição ao julgamento, exigências e formalidades a serem observadas Palestrante: Felipe Boselli - Doutor em Direito do Estado
	Sistema de Registro de Preços Palestrante: Paulo Teixeira - Especialista em Direito Público
	Planejamento da Contratação e a IN 01/19 Palestrante: Tatiana Camarão - Mestre em Direito Administrativo
	Pregoeiro blindado Palestrante: Victor Amorim - Doutorando em Direito do Estado
	Orientações fundamentais do TCU sobre licitações e contratos Palestrante: Karine Machado - Auditora Federal
	<i>Intervalo para almoço</i>
	Microempresa e Empresa de pequeno porte nas Licitações Palestrante: Anderson Pedra - Procurador do Estado do Espírito Santo
	Análise de Mercado e Pesquisa de Preços Palestrante: Ronny Charles - Advogado da União
<i>Intervalo</i>	
16h30	Debate aberto - As novas normas e o Impacto na Jurisprudência – TCU Palestrante: Min. Benjamin Zymler - Ministro do Tribunal de Contas da União
17h15	Palestra de encerramento

A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

Relação de Oficinas

- **Recurso Administrativo: da Interposição ao julgamento, exigências e formalidades a serem observadas**
Palestrante: Felipe Boselli - Doutor em Direito do Estado
- **Regimes de Execução em Obras e Serviços: conceitos, utilização, acompanhamento e aditivos**
Palestrante: Cláudio Sarian - Engenheiro, Advogado e Autor
- **Relação entre o pregoeiro e a fase interna da licitação: entendendo o Termo de Referência**
Palestrante: Paulo Teixeira - Especialista em Direito Público
- **Capacitação e formação de pregoeiros e equipe de apoio**
Palestrante: Larissa Panko - Especialista em Direito Administrativo
- **Pré-qualificação e pré-habilitação, quando?**
Palestrante: Felipe Boselli - Doutor em Direito do Estado
- **Fraudes em Pregão: como prevenir, detectar e quais providências adotar**
Palestrante: Anderson Pedra - Procurador do Estado do Espírito Santo
- **Liderança e alta-performance na gestão de equipe**
Palestrante: Raduan Melo
- **Microempresa e Empresa de pequeno porte nas Licitações**
Palestrante: Anderson Pedra - Procurador do Estado do Espírito Santo
- **Sistema de Registro de Preços**
Palestrante: Paulo Teixeira - Especialista em Direito Público
- **A modalidade de Pregão nas empresas estatais e o decreto 10.024/19**
Palestrante: Ronny Charles - Advogado da União
- **Estudos Preliminares**
Palestrante: Simone Zanotello - Advogada e Consultora Jurídica
- **Elaboração de Orçamento em Planilha de Formação de Preços para Serviços Continuados com Cessão de Mão de Obra de acordo com a IN 05/17 e suas alterações e a nova Legislação Trabalhista**
Palestrante: Paulo Rui Barbosa - Bacharel em Ciências Econômicas
- **Contratação direta e dispensa eletrônica**
Palestrante: Edgar Guimarães - Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Paraná
- **Planejamento da Contratação e a IN 01/19**
Palestrante: Tatiana Camarão - Mestre em Direito Administrativo
- **Fracionamento de despesas**
Palestrante: Dawison Barcelos - Membro da Consultoria Jurídica do TCU
- **Pregoeiro Blindado**
Palestrante: Victor Amorim - Doutorando em Direito do Estado
- **Orientações fundamentais do TCU sobre licitações e contratos**
Palestrante: Karine Machado - Auditora Federal
- **Análise de Mercado e Pesquisa de Preços**
Palestrante: Ronny Charles - Advogado da União
- **Elaboração de editais no Pregão: responsabilidade, análise e boas práticas**
Palestrante: Simone Zanotello - Advogada e Consultora Jurídica

Palestrantes Convidados



ANDERSON PEDRA

Procurador do Estado do Espírito Santo

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase em “Direito Fundamental à Boa Administração Pública e sua Influência no Direito Administrativo e na Gestão Pública”;

Doutor em Direito do Estado (PUC/SP);

Mestre em Direito (FDC/RJ);

Especialista em Direito Público e Processual Público pela Consultime/Cândido Mendes;

Procurador do Estado do Espírito Santo;

Professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES;

Professor visitante do Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV;

Professor na graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Vitória/ES;

Professor em pós-graduação em diversas instituições de ensino no Brasil (FDV, UFES, UVV, UFBA, Jus Podivm, UNITINS, FMPMT etc.) lecionando: Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Eleitoral;

Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas (ESAF, TCES, MPES, ALES, ESESP, Negócios Públicos, ERX do Brasil etc.);

Palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais;

Ex-Chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES;

Ex-Chefe da Procuradoria de Estudos Constitucionais da PGEES;

Ex-Diretor e Ex-Coordenador da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo;

Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCEES;

Ex-Presidente de Comissão de Licitação do TCEES;

Ex-Pregoeiro do TCEES;

Ex-Diretor Administrativo da Assembleia Legislativa do ES;

Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais;

Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público;

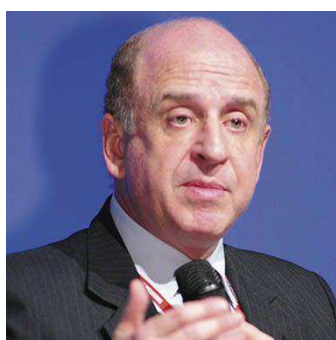
Autor de diversas obras jurídicas.



ANDREA ACHE

Especialista em Direito do Estado

Servidora pública federal, advogada, especialista em Direito do Estado, lotada no Departamento de Normas e Sistemas de Logística da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia como Coordenadora-Geral de Normas (Seges/Delog/MP) responsável pela regulamentação e normatização de temas relacionados às compras públicas no âmbito do governo federal. Atua, também, como colaboradora na Enap em matérias de licitações e contratos, tais como Regime Diferenciado de Contratações; Terceirização dos Serviços na Administração Pública Federal; Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; Sistema de Registro de Preços.



MIN. BENJAMIN ZYMLER

Ministro do Tribunal de Contas da União

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998 por meio de concurso público de provas e títulos;

Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional;

Ministrou cursos na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho, Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Instituto Superior de Brasília – IESB, Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Instituto Serzedello Corrêa, entre outros;

É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo” e “Política & Direito: uma visão autopoietica”;

Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília.



CLÁUDIO SARIAN

Engenheiro, Advogado e Autor

Engenheiro e Advogado. Dirigente do TCU por 18 anos, tendo atuado como titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob por oito anos. Ocupou ainda a titularidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, da 7ª Secretaria de Controle Externo e da Assessoria Parlamentar do TCU;

Autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS: LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, FISCALIZAÇÃO

E UTILIZAÇÃO (Editora Fórum, 2016, 5ª edição) e O RDC E A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NA PRÁTICA (Editora Fórum, 2014, 2ª edição); GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA PARA RESULTADOS (Editora Fórum, 2016, 1ª edição) e GOVERNANÇA PÚBLICA: O DESAFIO DO BRASIL (Editora Fórum, 2017, 3ª edição);

Foi coordenador, no âmbito do TCU, de grupos responsáveis pela elaboração de “Manual de Tomada e Prestação de Contas Anuais”, “Manual de Tomada de Contas Especial”, e “Metodologia para apuração de sobrepreço em obras públicas”;

Atuou, por mais de dez anos, no setor privado como engenheiro responsável pela execução, planejamento e orçamento de prédios residenciais, shopping centers, obras industriais e rodoviárias;

Professor de cursos na área de obras públicas: “Licitação e Contratação”; “Gerenciamento de contratos”; “Avaliação e Orçamento” e “Auditoria” e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais relativos a temas ligados a obras públicas e a meio ambiente.



CRISTIANO ROCHA HECKERT

Doutor em Engenharia de Produção

Cristiano Rocha Heckert possui graduação (1999), mestrado (2001) e doutorado (2008) em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP);

É servidor público federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, aprovado em 1º lugar no concurso 2005;

Atualmente é Secretário de Gestão no Ministério da Economia;

Anteriormente, ocupou outros cargos na administração pública, dentre eles: Secretário de Gestão Estratégica, no Conselho Nacional do Ministério Público (2012-2015);

Secretário de Logística e Tecnologia da Informação, no Ministério do Planejamento (2015-2016);

Secretário de Modernização e Gestão Estratégica, no Ministério Público Federal (2016-2017);

É professor de governança e gestão pública na ABOP, ENAP, ESMPU, FGV, IBGP e IEPB;

É autor do livro “Contratações de TI: O Jogo”, em conjunto com Antonio Fernandes Soares Netto, Ed. Negócios Públicos, 2017.



DAWISON BARCELOS

Membro da Consultoria Jurídica do TCU

Servidor do Tribunal de Contas da União onde exerceu por vários anos as atividades de Pregoeiro e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão;

Advogado e Parecerista;

Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da “Red Iberoamericana de Contratación Pública”;

Docente na Pós-Graduação em licitações e contratos da Faculdade Baiana de Direito;

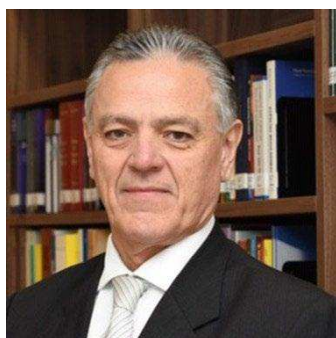
Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa;

Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra;

Graduado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB;

Autor e coautor de artigos e de livros como: Licitações e Contratos nas Empresas Estatais; Estatuto Jurídico das Estatais; Registro de Preços – Principais Julgamentos do TCU; e Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Administrativo;

Idealizador do portal “O Licitante” onde publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos.



EDGAR GUIMARÃES

Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Paraná

Advogado; Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor de Licitação nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e da Universidade Positivo; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Membro dos Institutos Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto dos Advogados do Paraná e do Conselho Científico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Conselheiro da OAB/PR. Autor dos livros Controle das Licitações Públicas, Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. Coautor dos livros Cenários do Direito Administrativo; Concurso Público e Constituição; Pregão Presencial e Eletrônico; Licitações e o estatuto da pequena e microempresa: reflexos práticos da LC nº 123/06; Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos; Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos. Lei das Estatais – comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016.



FELIPE BOSELLI

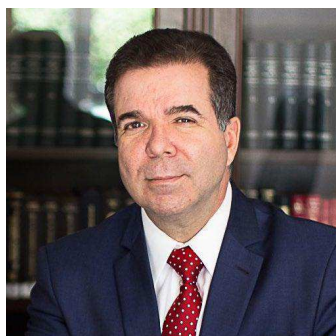
Doutor em Direito do Estado

Advogado. Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires;

Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli & Loss Advogados Associados e da Boselli Licitações;

Autor do livro “A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos”, coautor dos livros “Licitações, contratos e convênios administrativos”, “Lei das Empresas Estatais”, “Direito, Estado e Constituição” e “Combate Preventivo à Corrupção no Brasil” e organizador dos livros “Legislação de licitações”, “Legislação de licitações para obras e serviços de engenharia”, “Contratações Públicas” e “Direitos Humanos da Tributação”. Foi Secretário-adjunto da Comissão de Mobilidade Urbana da OAB-SC na gestão 2010-2012, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/SC nas gestões 2013-2015 e 2016-2018, e Vice-Presidente do Observatório Social de Florianópolis na gestão 2016-2017;

Atualmente é Conselheiro de Administração da CASAN - Companhia Catarinense e Águas e Saneamento, Diretor de Direito Público da Escola Superior da Advocacia - ESA-OAB/SC e Secretário-Geral do IDASC - Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina. É também professor convidado de diversos cursos de pós-graduação por todo o país, além de ministrar cursos e palestras na área de Licitações e Contratos Administrativos a entidades públicas e privadas.



JORGE JACOBY

Mestre em Direito

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, palestrante de renome nacional e internacional e fundador da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Desenvolveu uma longa e sólida carreira no serviço público ocupando vários cargos, dos quais se destacam: Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Membro do Conselho Interministerial de Desburocratização, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Advogado e Administrador Postal da ECT e, ainda, consultor cadastrado no Banco Mundial. Como conferencista e palestrante é um dos profissionais mais solicitados no ramo, onde ministra diversos cursos, congressos e seminários em todo o país. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



JOEL DE MENEZES NIEBUHR

Doutor em Direito Administrativo

Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC;

Autor dos livros “Princípio da Isonomia na Licitação Pública” (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000);

“O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória” (São Paulo: Dialética, 2001);

“Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015);

“Pregão Presencial e Eletrônico” (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015);

“Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos” (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães);

“Licitação Pública e Contrato Administrativo” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013);

“Licitações e Contratos das Estatais” (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.



KARINE MACHADO

Auditora Federal

Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, onde exerce a função de Chefe de Gabinete do Ministro Benjamin Zymler;

É coautora do livro Licitações & Contratos: Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União.



LARISSA PANKO

Especialista em Direito Administrativo

Mestranda em Governança e Sustentabilidade pelo Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE);

Pós-graduada em Direito Administrativo Aplicado pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar;

Autora da obra: “Pregão presencial e eletrônico: Apontamentos à Legislação Federal”;

Co-autora da obra: “Pregão Presencial e Eletrônico – Cenário Nacional”;

Membro do Corpo Editorial da Revista LICICON;

Colunista das Seções “Painel do TCU” e “Orientação Técnica”, na Revista O Pregoeiro, além da publicação de diversos artigos em revistas especializadas;

Instrutora do Curso de Capacitação e Formação de Pregoeiros pela Negócios Públicos.



MAURÍCIO COSTA FILHO

Pós-Graduado em Administração de Empresas e Negócios Financeiros

Representante do Licitações-e; Assessor na Diretoria de Governo do Banco do Brasil, Divisão de Governo Digital; Um dos responsáveis pela implementação das regras do novo pregão eletrônico (Decreto 10.024) no licitações-e; Pós-Graduado em Administração de Empresas; Pós-Graduado em Negócios Financeiros Bacharel em Ciências Econômicas.



PAULO RUI BARBOSA

Bacharel em Ciências Econômicas

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Cursou Matemática na PUC-RS e Engenharia Mecânica na UNISINOS;

Recebeu certificado de Capacitação de Pregoeiros, dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e participou também de diversos cursos de especialização na área de licitações e contratos administrativos;

Desenvolveu atividades como coordenador do departamento técnico de empresa de assessoria, consultoria e informações sobre licitações, e também foi colaborador, redator, de artigos em revistas especializadas em licitações e contratos. Autor do Livro “Sistema de Registro de Preços – SRP” usado como ferramenta no III Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz do Iguaçu.



PAULO TEIXEIRA

Especialista em Direito Público

Advogado especialista em Direito Público;

Consultor em Licitações e Contratos, com mais 20 anos de experiência em compras públicas;

Professor em Cursos sobre diversos temas ligados a licitações, tendo capacitado mais de 5.000 servidores públicos e particulares;

Palestrante Convidado em diversos Congressos voltados ao estudo de Compras Governamentais;

Co-Autor dos Livros: 101 Dicas Sobre o Pregão; Compras Públicas: Estudos, Conceitos e Infográficos;

Organizador do Livro Legislação Licitações e Contratos Administrativos, Pregão Eletrônico – Presencial e Leis;

Complementares, da Editora Negócios Públicos. Diretor da empresa Mérito Assessoria e Licitações Ltda;

Como Pregoeiro, teve atuação destacada e reconhecida em nível nacional, durante o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, recebendo Prêmios em 2010 como o Pregoeiro com o maior número de pregões realizados com propostas válidas e o de Pregoeiro com o maior número de pregões realizados sem interposição de recursos.



RADUAN MELO

Consultor em Gestão Empresarial

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará;

Atuou na área comercial da Nestlé em 2009;

Atuou como diretor comercial em empresa líder do mercado;

Vasta experiência de Consultoria em Gestão Empresarial com expertise em Estruturação Comercial e Organizacional, atuando em empresas, varejistas, atacadistas, de prestação de serviços;

Colunista de Economia no portal Tribuna do Ceará e na revista Vila Nova.



RENATO FENILI

Secretário-Adjunto de Gestão do Ministério da Economia

Ex-diretor de compras da Câmara dos Deputados;

Idealizador do Laboratório de Inovações em Compras Públicas (Lab-Comp), da Câmara dos Deputados, o primeiro do gênero na América Latina;

Gerente da área temática de Licitações Sustentáveis, na Câmara dos Deputados;

Pós-doutorando em Administração, em pesquisa que investiga as compras e contratações públicas como preditoras dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU;

Mestre e Doutor em Administração pela Universidade de Brasília – UNB;

Pós-graduado (especialização) em Gestão de Materiais e Patrimônio;

Colaborador junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), responsável

pela reestruturação do curso de Gestão de Materiais e Patrimônio oferecido por aquela Instituição;

Palestrante da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), desde 2013;

Autor das obras Governança em Aquisições Públicas: teoria e prática à luz da realidade sociológica (Impetus, 2018), Boas Práticas Administrativas em Compras e Contratações Públicas (Impetus, 2015) e Gestão de Materiais (ENAP Didáticos, 2015);

Professor de Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração Geral e Pública e Licitações e Contratos Administrativos;

Docente no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados;

Docente em cursos de Pós-Graduação no Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas;

Pesquisador, vinculado à Universidade de Brasília, nas temáticas inovação, cultura, práticas sociais e desempenho;

Ex-oficial da Marinha do Brasil



RODRIGO PIRONTI

Doutor e Mestre em Direito Econômico

Pós-Doutor pela Universidad Complutense de Madrid – Espanha;

Doutor em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná;

Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná;

Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar;

Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná;

Secretário Geral do Conselho da Fórum Internacional. Editora Jurídica;

Ex-Procurador Geral do Município de Pinhais;

Presidente da Comissão de Gestão Pública da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná. Gestões 2007-2009 e 2010-2012;

Conselheiro Estadual da OAB-PR Gestão 2010-2012;

Membro do Instituto dos Advogados do Paraná -IAP;

Membro fundador do IBEFP – Instituto Brasileiro de Função Pública;

Membro fundador do EADA – Instituto de Estudios Avanzados en Derecho Administrativo;

Membro do Instituto de Jovens Juristas Ibero-americanos;

Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo – IPDA;
Membro da Comissão Nacional – CNAI – CFOAB Gestão 2007-2009;
Vencedor do Prêmio Iberoamericano de Direito Administrativo/Contratual;
Vice-presidente do Foro Mundial de Jovens Administrativistas;
Professor convidado da Universidade de La Plata – ARGENTINA;
Professor convidado da Universidade de San Nicolas de Hidalgo e da Universidade Tecnológica de Monterrey – MÉXICO;
Professor convidado da Escola de Gestão Pública Gallega e da Universidade Complutense de Madrid – ESPANHA;
Professor convidado do “Centro Studi Giuridici Latinoamericani” – ITÁLIA;
Professor de graduação na Universidade Tuiuti do Paraná;
Professor de pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e do curso de Licitações e Contratos Administrativos da UNIBRASIL;
Coordenador e professor do MBA satelital em Governança e Gestão Administrativa da UNINTER-INFOCO (Licitações e Contratos e Controle da Administração Pública);
Professor da Escola Superior de Advocacia – ESA;

Autor das Obras:

“Processo Administrativo e Controle da Atividade Regulatória” (Ed. Fórum);
“Sistema de Controle Interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial” (2ª edição. Ed. Fórum);
Coordenador e co-autor de várias obras jurídicas, dentre as quais:
“Direito Administrativo Contemporâneo – estudos em memória ao professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho”. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MOTTA, Paulo Roberto Ferreira; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Coordenadores). Belo Horizonte: Ed. Fórum. 2005;
Serviços Públicos – estudos dirigidos. CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Ed. Fórum (2007);
Lei e Responsabilidade Fiscal: estudos em comemoração aos 10 anos da LC 101/00. Rodrigo Pironti Aguirre de. Editora Fórum, 2010;
Autor de vários artigos em periódicos legais nacionais e internacionais;
Conferencista em eventos nacionais e internacionais (ARGENTINA, MÉXICO, ESPANHA, ITÁLIA dentre outros).



RONNY CHARLES

Advogado da União

Advogado da União;

Doutorando em Direito pela UFPE;

Mestre em Direito Econômico pela UFPB;

Membro da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União;

Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

Autor de diversas obras jurídicas, destacando: Leis de Licitações Públicas comentadas (10ª ed.); Direito Administrativo (coautor. 9ª ed.); Licitações 10ª Ed.; Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (coautor), Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (coautor) e Improbidade Administrativa (coautor. 4ª ed.).



SIMONE ZANOTELLO

Advogada e Consultora Jurídica

Advogada e consultora jurídica na área de contratações públicas;

Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC-SP;

Mestre em Direito da Sociedade da Informação (ênfase em políticas públicas com o uso da TI) pela UniFMU-SP;

Pós-graduada em Administração Pública e em Direito Administrativo pela PUC-SP, com extensão em Direito Contratual;

Gestora de Administração e Gestão de Pessoas na Prefeitura de Jundiaí-SP;

Conteudista de Pós-Graduação em Direito Administrativo no grupo Kroton;

Professora do Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí-SP, nas disciplinas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica;

Autora de obras e artigos nas áreas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica.

Ministra cursos nas áreas de licitações, contratos administrativos, convênios, parcerias com o poder público (concessão, permissão, PPP), gestão pública, concursos públicos, linguagem oficial e linguagem jurídica;

Formada em Letras, com pós-graduação em Gramática da Língua Portuguesa;

Integrante da Academia Jundiaiense de Letras Jurídicas e da Academia Jundiaiense de Letras.



TATIANA CAMARÃO

Mestre em Direito Administrativo

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais;

Professora do Centro Universitário UNA;

Membro da Comissão de Compliance da OAB/MG e da Comissão de PPP da OAB/MG;

Coordenadora da Escola Superior de Advocacia de OAB/MG;

Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, servidor público, direito administrativo e processo administrativo.



VICTOR AMORIM

Doutorando em Direito do Estado

Doutorando em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP.

Coordenador do Curso de Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos do IGD. Professor de pós-graduação do ILB, IDP, IGD e CERS.

Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (2007-2010) e no Senado Federal (2013-2020).

Foi Assessor Técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações, constituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19/2013, responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013 (2013-2016).

Membro da Comissão Permanente de Minutas-Padrão de Editais de Licitação do Senado Federal (2015-2020).

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

Advogado e Consultor Jurídico. Autor das obras "Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência" (Editora do Senado Federal) e "Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019" (Editora Fórum).

Site: www.victoramorim.com

O MAIOR ENCONTRO NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

15 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

ONLINE 100% AO VIVO!

10 A 13 DE
AGOSTO DE 2020

UM EVENTO
ORGANIZADO POR:

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
INSTITUTO

AT HOME
AT COMPANY



WESLEY LIRA

Diretor de Logística do Ministério da Economia

Diretor do Departamento de Normas e Sistemas de Logística da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) desde julho de 2016. Especialista em Administração Estratégica de Sistemas de Informação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocupava o cargo de Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) desde abril de 2015. Antes da Enap, foi Coordenador-Geral de Logística e Tecnologia da Informação na Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011 – 2015). No Ministério da Educação (2008-2010), foi Coordenador-Geral de Desenvolvimento da Diretoria de Tecnologia da Informação, responsável pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e pela implantação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O Diretor é tecnólogo em processamento de dados pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB).

O MAIOR ENCONTRO NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

15º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

ONLINE 100% AO VIVO!

10 A 13 DE
AGOSTO DE 2020

UM EVENTO
ORGANIZADO POR:

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
INSTITUTO

AT HOME
AT COMPANY

APROVEITE E FAÇA SUA INSCRIÇÃO!

15º CBP • EVENTO PRESENCIAL

15º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

O MAIOR EVENTO DE COMPRAS PÚBLICAS DO BRASIL é a sua oportunidade de se QUALIZAR sobre o mundo das COMPRAS PÚBLICAS e estar próximo dos maiores doutrinadores do Brasil em Foz do Iguaçu!

INVESTIMENTO **R\$ 4.385,00** 26 HORAS DE CAPACITAÇÃO

15º CBP • EVENTO ONLINE

15º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

ONLINE 100% AO VIVO!

A mesma qualidade do evento **PRESENCIAL**, agora na modalidade **ONLINE**! Prestígie **O MAIOR EVENTO DE COMPRAS PÚBLICAS DO BRASIL AO VIVO** para todo o país!

INVESTIMENTO **R\$ 2.700,00** 26 HORAS DE CAPACITAÇÃO

Certificados

- Certificado Geral: Ficará disponibilizado através do app (NP Events)
- Certificados Oficinas: O certificado das oficinas será disponibilizado após comprovação de frequência na oficina acima de 75%;
- Cada inscrição dará direito à realização de 03 oficinas.

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de:

Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda.

(CNPJ nº 10.498.974/0002-81). No seguinte banco credenciado:



Agência: 1622-5

Conta Corrente: 20504-4

Instituto Negócios Públicos - Divisão comercial de eventos

Telefone: (41) 3778-1717

Fax: (41) 3778-1799

falecom@institutonp.com.br

Avenida José Maria de Brito, 1707

Jardim das Nações - Foz do Iguaçu/PR

CEP: 85864-320

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
INSTITUTO



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de evento de capacitação para atualização de pregoeiro



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Objeto da Contratação

Contratação de evento de capacitação para promover a atualização técnica da servidora Heloísa Helena Bastos Silva Lübke como pregoeira.

1. Fundamentação da Contratação

1.1. Motivação

Ante as recentes inovações normativas referentes à modalidade licitatória do pregão (Decreto n. 10.024/2019), necessária a capacitação da servidora Heloísa Helena Bastos Silva Lübke, designada por meio da Portaria DG n. 366/2019 para atuar como Pregoeira Oficial deste Tribunal, com vistas à sua atualização técnica para o cumprimento de tal mister com eficiência e, ainda, para atender às disposições da norma regulamentadora da matéria (Decreto n. 10.024/2019, art. 16, § 3º).

2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Este órgão disporá de servidora capacitada e atualizada tecnicamente para atuação na condução de pregões, de modo a realizá-los com eficiência e de acordo com a jurisprudência da Corte de Contas e com as melhores práticas adotadas pela Administração Pública nesse mister. Atenderá, ainda, a disposição normativa antes mencionada, no que se refere à exigência de atualização de pregoeiros.

2.1. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	OE1 – Garantia dos direitos de cidadania OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas Iniciativa Estratégica: - INI37 – Capacitar e desenvolver juízes e servidores
Objetivos Organizacionais	Objetivos organizacionais: - objetivo estratégico: C2 - Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores
Plano de Aquisições	Anexo I – Item 45 – cursos - inscrições

2.1.1. Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE n. 24.549/2020.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Inscrição em evento de capacitação para promover a atualização técnica da servidora Heloísa Helena Bastos Silva Lübke.	1 inscrição	1 inscrição

2.3. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.4. Caracterização e Composição do Objeto

- a) Nome do evento: 15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros
- b) Empresa: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ 10.498.974/0002-81)
- c) Período: 10 a 13 de agosto de 2020
- d) Carga Horária prevista: 26 horas
- e) Quantidade de participantes: 1 (uma) servidora
- f) Local: realizado na modalidade on-line, ao vivo
- g) Ministrantes: diversos.

2.5. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a natureza da contratação, o parcelamento do objeto é inviável.

2.6. Seleção do Fornecedor

A contratação deverá ocorrer por inexigibilidade de licitação, tendo a escolha do evento se dado em razão de tratar-se de capacitação on-line e “ao vivo”, apresentar oficinas e painéis com temas polêmicos e recentes relativos à área de atuação da servidora e reunir os maiores conferencistas brasileiros sobre a matéria, caracterizando-se como evento ímpar para a atualização técnica de pregoeiros. De ressaltar, ainda, que a escolha da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

modalidade on-line “ao vivo” importa, ainda, na inexistência de custos relacionados a passagens e diárias.

2.7. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI da Lei 8.666/1993.

2.8. Impacto Ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental decorrente da contratação, visto tratar-se de evento on-line.

2.9. Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.

2.10. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) realizar a programação do evento nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta da empresa, constante do PAE n. 17.856/2020;
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica para a modalidade on-line, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 24.549/2020.

2.11. Custo estimado da contratação

R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

a) Carga horária prevista: 26 horas

b) Conteúdo programático mínimo:

https://www.negociospublicos.com.br/congresso/15cbp/programacao/programacao_2020.pdf

Florianópolis, em 22 de julho de 2020.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Integrante Demandante

Felícita Sousa Valverde
Integrante Técnico

Giovanni Turazzi
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O evento 15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros está previsto para ser realizado nos dias 10 a 13 de agosto de 2020, em ambiente virtual disponibilizado pela empresa contratada, com carga horária prevista de 36 horas.

A gestão da contratação será realizada pelos servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.1. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de finalização do curso com o cumprimento da carga horária e programa;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.2. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.

A atestação da execução do serviço só se dará após a servidora participante avaliar o evento e encaminhar o certificado para ejesc-acera@tre-sc.jus.br.

1.3. Descumprimento contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste Projeto Básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.4. Penalidades

Nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Projeto Básico, o Contratante poderá aplicar à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.